

BÖLLETIM RIO+20



Foto: ONU



Creative Commons [THINKVA/ISTOCKPHOTO](#)

| Destaque | Sociedade Civil | Governo Brasileiro | Economia Verde | Leituras Indispensáveis |
|---|--|--|---|---|
| Rumo a um Consenso do Rio em 2012? A menos de um ano para a Rio+20, falta consenso sobre o que é a Economia Verde | Sociedade civil organizada rumo à Rio+20 Entrevista com Fátima Mello, do Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20 | Governo brasileiro se esforça em atrair líderes mundiais para a Rio+20 Temendo esvaziamento da reunião, Brasil tem atuado nos bastidores | Prevenir ou remediar? Marco legal e instrumentos econômicos no debate sobre a preservação da biodiversidade | As ONGs em meio à crise climática Confira este e outros textos selecionados para você |
| Páginas 4-10 | Páginas 11-12 | Páginas 13 -14 | Páginas 15-18 | Página 19 |

Editorial

Faltam nove meses para a "Rio+20", "Rio2012", ou, pelo seu nome oficial, "Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável". Como os nomes informais indicam, este evento refere-se à Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que aconteceu em 1992 no Rio de Janeiro. A "Eco92", como foi apelidada, juntou o desafio ecológico aos debates e políticas de desenvolvimento. A "Cúpula da Terra" estipulou que justiça social e ambiental fossem inseparáveis. Nela, foram assinadas duas convenções internacionais legalmente vinculantes – sobre biodiversidade e mudanças climáticas - e acordada a terceira, sobre desertificação. Foi lançada ainda a Agenda 21, importante documento para todos que queriam fazer da proteção ambiental um assunto do seu cotidiano, como governo regional ou municipal; como empresa, pequeno negócio ou agência; como cidadão, vizinho ou membro de comunidades. No âmbito da conferência, os movimentos sociais e as ONGs proliferaram e tiveram um surto de visibilidade, estabelecendo-se como atores legítimos e imprescindíveis das políticas nacionais e transnacionais. Talvez em nenhum país, naquele momento, este surto tenha sido tão expressivo como no Brasil.

Vinte anos depois, a situação é outra. Estamos longe de realizar as metas estabelecidas nas convenções. Além disso, interesses particulares dos Estados Nacionais e das grandes empresas, mais uma vez, mostra-

ram-se mais fortes que o bom senso político e as obrigações fixadas em lei internacional. No ano da Rio2012, o prazo de validade do único documento obrigatório até hoje existente para conter o aquecimento global - o Protocolo de Kyoto - terminará, e não há sinais de que a "comunidade internacional" consiga chegar a um acordo sobre as emissões de CO2 que estabeleça obrigações concretas para todos os países na lógica da responsabilidade comum, mas diferenciada.

A pauta oficial da Rio2012 é bem menos ambiciosa que a Eco92. Mesmo assim, não há muito motivo para esperar resultados positivos.

A sociedade civil no Brasil - que defende a cidadania ativa; a democracia radical; e uma sociedade mais justa, ecológica, igual, participativa e menos racista, sexista e exploradora - encontra-se, parcialmente, em uma crise que vai da falta de recursos, e de respaldo e legitimidade no cenário sociopolítico atual à falta de pessoas novas e jovens ingressando nas lutas que se originaram na resistência contra a ditadura militar. Depois de oito anos de governo Lula, que se mostrou inclusivo em relação às pautas e às lideranças da sociedade civil, parece haver, paradoxalmente ou não, um certo desgas-

te. Por isso, muitas organizações percebem a Rio+20 como uma chance de revitalizar a mobilização da sociedade brasileira em torno de suas causas.

A pauta oficial da Rio2012 é bem menos ambiciosa que a Eco92. Mesmo assim, não há muito motivo para esperar resultados positivos. Há dois grandes assuntos pautados. O primeiro é a reforma institucional da ONU na "governança ambiental". Apesar das propostas, pouco indica que a conferência chegará a uma decisão. O segundo assunto é a Economia Verde. Há quem pergunte se é a ONU, a representação máxima dos Estados e assim, em teoria, dos povos (e não do business) quem tem que pautar a Economia Verde. E há muitos que digam que antes de discutir tecnologias mais verdes, filtros melhores e eficiências aumentadas, deveríamos discutir se podemos continuar a consumir da forma que consumimos e produzir tudo que produzimos nas quantidades atuais ou até maiores. O certo é que em um mundo do capitalismo globalizado não haverá uma solução sustentável para o futuro do nosso planeta sem os agentes econômicos. Os "mecanismos do mercado" *per si* não são o problema (aplicados também por pequenos agricultores, em mercados locais, pelas pequenas empresas produtoras de placas fotovoltaicas etc.). Dentro de um modelo que troca



Foto: ONU

o PIB pelo Desenvolvimento Humano e pela qualidade de vida como índice norteador, que quebra a lógica de que tudo é negociável e capitalizável, precisaremos também de novas tecnologias, de soluções inteligentes, de empresas que se empenhem nas energias renováveis, que produzem menos, mas melhor. A questão é se as empresas - e os setores políticos que operam em conexão sistêmica com as grandes corporações econômicas e financeiras - poderão continuar definindo as regras e as metas, impondo a lógica da mercantilização, ou se este processo será controlado pelas representações legítimas das populações que dele ativamente participam, priorizando as formas verdadeiramente sustentáveis de produção e a lógica dos bens comuns. Vale lembrar que a "sustentabilidade", termo-chave da Eco92, há muito tempo virou logomarca das empresas e se esvaziou. E é de se temer que a Rio+20 vire mais um espaço no qual as mesmas empresas que são responsáveis pela economia "cinza", causadora dos problemas atuais, se apropriem do termo "Economia Verde".

A Fundação Heinrich Böll atua internacionalmente na defesa da Justiça Social e Ambiental, em diálogo com as relevantes forças sociais e em parceria com organizações e movimentos da sociedade civil. Os processos políticos nos quais se insere a Rio+20 são um campo prioritário da sua atuação.

Por isso, resolvemos editar um Bôlletim Rio+20 cuja primeira edição você tem agora no seu monitor. Através dele, queremos contribuir para o debate e informar, da perspectiva de uma organização internacional,

aos nossos parceiros no Brasil, jornalistas e demais interessados. Num segundo passo, pretendemos elaborar uma versão em inglês do Bôlletim que será distribuída aos demais escritórios da hbs, bem como aos seus parceiros, que atuam em 60 países do mundo.

Além de matérias produzidas por nós ou por nossos parceiros, o Bôlletim traz informações compiladas, cuja seleção segue a relevância que nós atribuímos ao processo. O enfoque principal será a Sociedade Civil, em particular as atividades do Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20, que se formou em novembro de 2010 e já realizou o seu primeiro seminário internacional. A hbs apoia o Comitê.

E é de se temer que a Rio+20 vire mais um espaço no qual as mesmas empresas que são responsáveis pela economia "cinza", causadora dos problemas atuais, se apropriem do termo "Economia Verde".

Apostamos em um processo de análise profunda, de formação e capacitação contra-hegemônica sobre o que está em jogo na Rio+20, e de diálogo aberto que apresente uma posição própria sólida e propostas alternativas claras. As organizações e movimentos estão se mobilizando. A mobilização tem ganhado bastante dinâmica nos últimos meses. Apesar da incerteza quanto ao rumo da mobilização - por conta de conflitos políticos cuidadosamente conservados durante os últimos anos e décadas - sente-se muito forte um espírito de que está na hora de discutir, em voz alta,

alternativas ao modelo vigente e rechaçar a sua lógica onde ela é predatória.

O Bôlletim vai acompanhar de perto este processo que deve levar também à organização de um grande evento paralelo internacional, provisoriamente denominado de "Cúpula dos Povos". Observará a dinâmica na cidade-sede da conferência, também sede da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016. Em função desses megaeventos, o Rio atualmente segue um modelo de cidade-empresa, removendo o que não cabe nesta concepção e assim desrespeitando e violando os direitos humanos das populações consideradas entaves a este modelo. Haverá, ainda, notícias do Governo Brasileiro que destinou os dias entre a última Conferência Preparatória (28 a 30 de maio de 2012) e a própria Conferência (4 a 6 de junho de 2012) a um evento internacional próprio, sem concretizar por hora, os temas e a agenda. Por fim, o Bôlletim trará algumas informações relacionadas à nossa perspectiva do processo oficial da ONU e de outros países. Aqui, esperamos poder beneficiar-nos da nossa estrutura internacional.

A ideia do Bôlletim é servir aos interesses e necessidades de vocês, caro leitor, cara leitora. Como não podemos nos encontrar pessoalmente, mande as suas sugestões, críticas e comentários.

A gente se vê no Rio daqui a nove meses.

Abraços,
Dawid Bartelt
Diretor
Fundação Heinrich Böll no Brasil

Rumo a um *Consenso do Rio* em 2012 ?

A menos de um ano da realização da Conferência, não existe ainda um consenso sobre o que é a Economia Verde

Camila Moreno

Coordenadora de Programas e Projetos da área de Sustentabilidade da Fundação Heinrich Böll

Em junho de 2012, o Rio de Janeiro será palco da *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável* (UNCSD, por sua sigla em inglês), um evento para celebrar os 20 anos da Rio 92. A Rio+20, como vem sendo chamada, terá como temas principais: *Economia Verde*, no contexto de erradicação da pobreza e do quadro institucional necessário para o desenvolvimento sustentável, e a *Governança Ambiental Global*.

A menos de um ano da realização da Conferência, não existe ainda um consenso sobre o que é a Economia Verde, apesar de agências da ONU como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), entre outros organismos multilaterais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estarem já há algum tempo formulando definições e conceitos, desenhando planos nacionais e definindo setores prioritários (Pnuma listou dez: agricultura, construção, abastecimento de energia, pesca, silvicultura, indústria, turismo, transportes, manejo de resíduos e água) e vários

instrumentos para a tarefa de *greening the economy*, ou conduzir a economia global rumo a um futuro de baixo carbono.

Economia verde para quem?

Sem desprezar, substituir ou reinventar o que já foi construído e consolidado ao longo das últimas duas décadas em torno do desenvolvimento sustentável, a novidade da Economia Verde, segundo o Pnuma, é que esta expressaria “o reconhecimento crescente que alcançar a sustentabilidade depende quase inteiramente em acertar na economia¹”, sinalizando que dos três pilares originais do desenvolvimento sustentável – econômico, ambiental e social – já teríamos ‘evoluído’, no estágio atual, para um entendimento preponderante de que a sustentabilidade em todas as suas dimensões depende da primazia de medidas econômicas.

O desafio para alcançar, enfim, o “desenvolvimento sustentável” é colocado com uma convicção pragmática de que este objetivo será atingido fazendo-se a ‘economia certa’. Para ‘acertar’ ou ‘corrigir’ o que falta no modelo econômico corrente, deveria haver ao menos um conjunto de pontos e premissas de consenso sobre os quais, ou em torno dos quais, os países pudessem acordar

um *programa comum* na Conferência do Rio em 2012.

Sobre o quadro institucional necessário para a economia verde ou a *governança ambiental global*, também não há uma proposta bem definida até agora. De modo geral, fala-se em fortalecer o papel do multilateralismo como instrumento legítimo para a solução dos problemas globais. Nesse sentido, por exemplo, haveria

O desafio para alcançar, enfim, o “desenvolvimento sustentável” é colocado com uma convicção pragmática de que este objetivo será atingido fazendo-se a ‘economia certa’.

a necessidade de fortalecer o Pnuma, inclusive criando melhor coordenação, diálogos e sinergias entre as outras agências e programas da ONU que tratam de diferentes aspectos da questão ambiental, integrando-a com outras dimensões do desenvolvimento sustentável. Também vem se discutindo sobre o futuro da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável (CDS), estrutura responsável pelo monitoramento e implementação da Agenda 21. Em torno disso, gravitam propostas de como integrar e convergir - inclusive as diferentes convenções e tratados

1 Unep, 2011, Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication – A Synthesis for Policy Makers. Pag 02.

internacionais - as questões claramente interdependentes e que vêm sendo negociadas em diferentes espaços, como clima, biodiversidade e desertificação.

Porém, parece que para além das novas (ou renovadas) institucionalidades e competências, o mais importante é que o repertório de temas que compõem o universo da economia verde ressalta o papel central dos Estados em garantir um marco jurídico que assegure a criação, reforma ou ajuste de parâmetros legais e normativos, garantindo a segurança jurídica dos contratos, como a necessária internalização no marco jurídico e institucional nacional de instrumentos como o de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação (Redd) e do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), e incorporação de métricas internacionais como a Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (Teeb, por sua sigla em inglês) sobre a classificação, valoração e venda de 'serviços ambientais', para citar alguns dos mais emblemáticos (e controversos) exemplos da economia verde.

Alguns dos principais mercados 'verdes' são criados por indução direta do Estado. Através de políticas públicas que têm como objetivo responder à crise climática e energética, os governos vêm criando diretivas que criam mercados mandatórios, cruciais para a 'transição verde' da indústria. Esse é o caso das energias renováveis, para as quais as leis criam incenti-

vos e demandas de incremento progressivo. A diretiva da União Européia (UE), que determina a utilização de 20% de energia renovável até 2020 em todos os países do bloco, e o Programa Nacional de Biodiesel, que prevê a adição de biodiesel em frações mandatórias e crescentes a todo diesel no Brasil, são exemplos disso. Também se pode apontar o papel do Estado desde o estabelecimento de cláusulas verdes em licitações, compras públicas e no condicionamento de empréstimos públicos até as normativas que reorientam setores inteiros da economia, como as construções sustentáveis (*green buildings*), normas de eficiência energética de diversos equipamentos etc. A tarefa do Estado de criar as condições e induzir esta 'grande transformação' produtiva para dar um passo a um novo momento da economia, por sua vez, é exercida de acordo e em consonância com os interesses do setor privado. Neste rol, estão desde as regulações e políticas de recursos naturais como água, ar, uso do solo, minérios, oceanos -

passando por metodologias de quantificação e verificação da capacidade de emissão e sequestro de carbono, emissão e validação de certificados de redução de emissões (CERs) - até a criação de fundos e investimentos verdes (como com relação ao financiamento internacional para o clima), seguros ambientais e climáticos, compensações ambientais, impostos e tarifas verdes e a incorporação do PIB 'verde', com a quantificação e contabilização do Capital Natural nas contas públicas.

Assim, atrás de uma fachada aparentemente técnica, no repertório da economia verde figuram temas que são eminentemente políticos, como aceitar que carbono, água e biodiversidade sejam passíveis de apropriação e negociação por contrato e que se constituam em novas cadeias globais de commodities. A implementação da economia verde traz várias questões controversas e que - longe de conformarem um *consenso mínimo* - incluem conceitos e propostas que são criticados e até rechaçados como falsas



Foto: Mestrado em Engenharia Creative Commons, Original, Flickr

Para onde o atual modelo de desenvolvimento econômico está nos levando?

soluções por organizações e movimentos sociais do Brasil e de outros países. Uma tônica crescente no discurso da sociedade civil vem sendo a denúncia em vários espaços internacionais da captura corporativa da crise ambiental e climática, causada pelo modelo vigente de produção e consumo, e sua cooptação pelas corporações que assumem um discurso 'verde' para instrumentalizar o potencial mobilizador e transformador da causa ambiental junto à sociedade com vistas a maquiagem de verde uma nova etapa de acumulação e apropriação dos bens comuns. O que é e a quem serve a economia verde afinal?

O que podemos destacar a esta altura do processo como sendo o *foco* principal do acordo político buscado no evento do ano que vem? Considerando a complexidade do cenário internacional e da crise financeira, em que consistiria hoje um programa comum capaz de unir os países em torno da implementação da economia verde?

Rio 92 e o “desenvolvimento sustentável”

Em 1992, quando teve lugar no Rio de Janeiro a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Humano*, que ficou conhecida entre nós como a “Rio 92”, o mundo estava superando o fim da Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim e havia uma disposição para criar novos consensos. Nesse sentido, a Rio 92 também foi um evento catalítico e midiático (contou com a presença de mais de 170 chefes de Estado e de governo) funda-

mental para instaurar definitivamente no debate político e no ideário internacional o termo “desenvolvimento sustentável” (embora este já houvesse sido cunhado em 1987, no documento *Nosso Futuro Comum* ou Relatório Brundtland).

A idéia força de “sustentabilidade” como nova dimensão do velho desenvolvimento passou

Considerando a complexidade do cenário internacional e da crise financeira, em que consistiria hoje um programa comum capaz de unir os países em torno da implementação da economia verde?

desde a Rio 92 a integrar - e reorganizar – tanto o discurso e o campo ideológico hegemônico quanto o dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Um grande pacto pelo ‘nosso futuro comum’ pareceu um dia possível, assim como hoje se promove um pacto pela economia verde. Mas é oportuno lembrar que à época da cunhagem do termo e do acordo em torno do “desenvolvimento sustentável”, e de sua posterior celebração como ideal unificador na Rio 92, também se implementava, especialmente na América Latina, o Consenso de Washington e suas medidas de ajuste estrutural.

No contexto de (neo)liberalização das políticas, a criação de estruturas institucionais de ‘gestão ambiental’ teve um papel central na mediação de interesses e na racional-

Sobre o Consenso de Washington

Tomando a história recente, o Consenso de Washington, segundo sua versão oficial, teve origem em 1989 em uma lista de dez pontos, originalmente elencados pelo economista John Williamson, mas que eram considerados mais ou menos aceitos entre aqueles que conformavam o complexo político-econômico decisório sediado em Washington.

De uma lista com dez pontos consensuais que serviriam de base para uma conferência sobre reformas nas políticas econômicas, originalmente pensadas para a América Latina, os preceitos acabaram evoluindo para um receituário da ideologia neoliberal, transformado-se em programas de ajuste estrutural, cuja aplicação teve impactos reais e dramáticos nos países da América Latina e no resto do mundo em desenvolvimento.

Os ajustes estruturais e o consenso quanto à aplicação das medidas econômicas neoliberais abriram espaço para um movimento de acumulação no final da década de 80 e nos anos 90 do século XX. Até onde as medidas e mecanismos que materializam a economia verde não expressam a sua maneira um novo consenso para atingir os mesmos objetivos?



Foto: ONU/Agência Creative Commons Original/Elisier

Agroecologia e economia solidária são vistas como alternativas ao atual sistema

zação através do Estado de uma pretensa prioridade de posições técnicas e da ação gerencial em questões eminentemente políticas e que tinham como pano de fundo as privatizações, o avanço das políticas de mercantilização e a aposta na ação organizadora do livre comércio e da autorregulação dos mercados.

Hoje, ainda sob efeito da crise financeira de 2008, as múltiplas crises se mostram de forma mais contundente na deterioração ambiental e no limite de vários ecossistemas no planeta. É sintomático que a sociedade esteja ávida por um novo consenso. Porém, é preocupante que justamente quando a percepção de uma crise ecológica planetária real e a politização das causas ambientais estejam na vanguarda da contestação da ordem, dos poderes e das ideologias esta-

belecidas, despontando como o grande potencial de redefinição para um novo paradigma para a política no século XXI, estejamos também diante de um esforço coordenado e global para que a afirmação de um novo consenso "verde" venha justamente reafirmar o papel central dos mecanismos econômicos deste mesmo sistema como a engrenagem central de uma grande transformação social. Que novo paradigma há nisso então? **Um consenso verde?**

Diante de um necessário debate sobre as questões políticas de fundo, a complexidade da arquitetura e das medidas necessárias para a implementação da economia verde contrasta com a indefinição até aqui dos conteúdos e da proposta declarada do processo oficial, sobre a qual se sabe pouco além de que um de

seus objetivos concretos para o encontro de 2012 é "produzir um documento político focado²".

Embora atualmente haja pouca expectativa geral com relação à Conferência, é difícil prever o que afinal poderá ocorrer até lá, tendo em vista que a decisão política de diferentes governos de dar peso ao encontro sempre pode alterar significativamente o evento. Mas isso não parece ser o mais importante. O essencial é que a Rio+20 e o caminho até lá *já colocaram em marcha um processo* no qual a Conferência em si não é o ponto final, mas um momento de passagem, fundamental, no que seria o horizonte mais amplo no qual está inserida: o de construção de *uma nova e eficaz narrativa unificadora* capaz de dar novo fôlego e legitimidade a esta etapa da acumulação.

Relativizando o peso do evento, não importa tanto o que acontecerá entre 4 e 6 de junho de 2012 na cidade do Rio de Janeiro. Um novo discurso hegemônico em torno da economia verde já está em marcha e se consolida rapidamente, e, ao que parece, sem volta.

O coordenador da Rio+20 no Ministério das Relações Exteriores, embaixador Luiz Figueiredo, foi enfático ao afirmar que esta *"não será um evento ambiental, mas sim uma conferência sobre desenvolvimento, na qual deverá ser fixado qual o modelo de desenvolvimento para os próximos 20 anos"* e para o qual *"o fio condutor é a economia verde,*

2 United Nations General Assembly, A/RES/64/236, § 20, b.

ou seja, como utilizar os mecanismos da economia verde para se chegar ao desenvolvimento sustentável³”.

Apesar de almejar um objetivo tão ambicioso, segundo declarou o embaixador - “fixar o modelo de desenvolvimento para os próximos 20 anos”- o encontro não irá produzir uma nova Convenção, Protocolo ou Tratado. Em termos de resultados concretos da Rio+ 20, o governo brasileiro declarou recentemente que seu objetivo é construir durante o evento um novo pacto entre todos os chefes de Estado do mundo para o estabelecimento de metas gerais de desenvolvimento sustentável. O governo declarou também que estas *não seriam metas mandatórias*, mas sim políticas com o intuito de dar uma direção global, geral, igual para todos os países. Nesse sentido, as metas *não seriam usadas para punir quem não as cumpre*, mas como um incentivo à sustentabilidade. Tampouco seriam substituídas as metas de outros acordos, como a Convenção do Clima sobre a redução das emissões de gases de efeito estufa. “As metas políticas seriam neste entendimento compromissos importantes e que permitem que governos, setor privado e população trabalhem juntos para o desenvolvimento de uma economia verde⁴”.

Muito mais do que atacar os problemas ambientais e climáticos reais, a proposta da economia verde vem paulatinamente ocupando o imaginário

do macroprocesso - que já foi primeiramente do ‘desenvolvimento’, seguido pelo próprio ‘desenvolvimento sustentável’ - e delineando uma *ideia força* sobre a qual convergem os esforços internacionais e que é apresentada como capaz de unificar diferentes atores ‘trabalhando juntos’ em prol de um fim comum: governos, corporações e sociedade civil. Várias interrogações se colocam desde já sobre qual é a ‘sociedade civil’ em jogo, que resistirá ou irá se fortalecer a partir de uma aliança ‘verde’ com o mundo corporativo. Não parece que é aquela dos atingidos e impactados, que têm cotidia-

O risco deste pragmatismo é especialmente grave no Brasil, país onde a ideologia neodesenvolvimentista e a implementação de programas para ‘aceleração do crescimento’ se dão sem qualquer debate público e democrático e às custas de graves violações de direitos (...)

mente seus direitos humanos violados mundo afora pela ação cada vez mais voraz das empresas na disputa por recursos e territórios. O que parece estar tomando forma é que um objetivo central da Rio+20 é mesmo dar sentido e pertinência a um processo internacional de consolidação em torno da emergência de um novo paradigma verde(?). A Conferência cumprirá a função de cristali-

zar e visibilizar na forma “me-gaevento” o esforço político para se alcançar um *consenso* mínimo, um acordo global em torno da implementação pragmática de medidas, com referência às metas globais (porém não vinculantes) e práticas reconhecidas e referendadas, inclusive pelo mundo corporativo, que expressem a tradução contemporânea de ‘sustentabilidade’. A necessidade maior parece ser sedimentar uma narrativa de consenso que dá sentido, fluidez e, sobretudo, convergência, no sentido de que deve haver um novo paradigma ou modelo de desenvolvimento “mais verde”⁵.

Isso significaria que nesta etapa nos encontraríamos em um novo patamar de convergência. Nele, em nome do ‘amadurecimento’ da sociedade civil e sob a pecha de cair na irrelevância histórica, estaríamos dispostos a aceitar e legitimar que ‘governo, setor privado e população trabalhem juntos para o desenvolvimento da economia verde’, optando por não expor ou enfrentar as contradições deste modelo de desenvolvimento e compactuando assim com a renovação programática para a execução de uma estratégia comum, através de uma união global e *progressista*.

O risco deste pragmatismo é especialmente grave no Brasil, país onde a ideologia neodesenvolvimentista e a implementação de programas para ‘aceleração do crescimento’ se dão sem qualquer debate público e democrático e às custas de

3 Apresentação no final de abril de 2011, no Rio de Janeiro durante a mesa Redonda “Rio+20: Os Novos Desafios do Desenvolvimento Sustentável”, o primeiro debate sobre a Rio+20 entre representantes do Governo Federal, estadual e municipal, Poderes Legislativo, Judiciário, setor acadêmico, organizações não-governamentais, empresas e imprensa.

4 Agência Brasil, 22/06/2012. Brasil vai propor ‘Metas do Milênio’ para desenvolvimento sustentável.

5 Mesmo que isso na prática pouco ou nada altere o modelo vigente, como de fato foi com o termo “sustentável”, hoje esvaziado de sentido.

graves violações de direitos, com empenho de territórios e recursos comuns, como é o caso da política energética que inclui milhões de hectares de monocultura de cana, megahidrelétricas na Amazônia e a exploração do Pré-Sal.

Democracia de mercado não é solução

O emergente paradigma “verde” afirma sem rodeios a convicção de que os desafios e dilemas que a sociedade e o planeta enfrentam hoje dependem, *estruturalmente*, da aplicação de eficientes mecanismos econômicos. Logo, colocam de lado questões vistas como políticas ou ideológicas. Diante da urgência da crise ambiental e climática (e na contramão de tudo o que foi construído na última década de enfrentamento, resistência e alternativas à globalização e ao neoliberalismo) será que estaríamos caminhando hoje rumo a um consenso global

de que é a partir de mecanismos econômicos – e logo da *generalização da racionalidade econômica e instrumental para o cálculo e a tomada de decisões vitais* - que poderemos realizar a grande transição, urgente e necessária, que permitirá a continuidade da vida no planeta em um contexto de recursos cada vez mais disputados e escassos?

Ou seja, estaríamos a ponto de submeter-nos, *pragmaticamente*, à ideia de que só é possível regular o comportamento da sociedade em direção a um fim almejado por meio de mecanismos de mercado (através, por exemplo, de incentivos positivos para o cumprimento de obrigações, taxação/cobrança para incentivar certas práticas etc.) e da atribuição de valores monetários a bens socialmente desejáveis com vistas a criar novos comportamentos e a forjar uma nova cultura? O princípio do poluidor-pagador ou usuário-

-pagador não carrega também a lógica de quem pode pagar, pode também poluir?

Então, qual será o papel da prática política daqui em diante se universalizarmos a convicção de que só é possível fazer “engenharia social” através do mercado, pressupondo que todos os cidadãos e cidadãs são, antes de tudo, consumidores e consumidoras?

A política, assim esvaziada, deixaria de ser então definitivamente o espaço da disputa de ideias e de projetos. Nessa perspectiva, a economia verde, para se impor como um *novo paradigma*, acarretaria também, através da naturalização de suas práticas e princípios, em uma profunda erosão dos processos democráticos, consolidando a democracia de mercado e a inclusão social pelo consumo, muito mais do que pela afirmação e garantia dos direitos. Ou ainda, esse novo paradigma refletiria mudanças sociais



“Qual será o papel da prática política daqui em diante se universalizarmos a convicção de que só é possível fazer ‘engenharia social’ através do mercado, pressupondo que todos os cidadãos e cidadãs são, antes de tudo, consumidores e consumidoras?” Na foto ao lado, índios protestam contra a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte (PA).

CC BY-NC 2.0

Pedro Ribeiro

mais profundas diante das quais os direitos são também mercantilizáveis, como as possibilidades reais que se abrem para comercializar os direitos de poluir, nos mercados de carbono (ou de comprar cotas de reserva de legal para compensar o descumprimento da lei)? Nesse caso, como ficam então as disputas por acesso, controle e uso dos recursos naturais que estão na base dos principais conflitos socioambientais (e violações de direitos humanos) contemporâneos? É importante lembrar que a economia verde ou de baixo carbono significa tanto o acesso a minérios tradicionais - como também a minérios raros e pouco conhecidos para viabilizar

E que tal se a Rio+20 trouxesse também uma proposta de erradicação da pobreza, não através da mercantilização de ecossistemas, mas da redistribuição radical da riqueza socialmente construída?

novas tecnologias - quanto demandas exponenciais de terra agricultável para produção de biomassa, florestas para sequestro de carbono e prospecção de recursos genéticos, água para geração de energia etc. Estas disputas frente ao direito ao território serão, por acaso, também reduzidas a uma questão de 'gestão ambiental' e resolvidas por uma comparação da 'eficiência energética' e do tamanho da 'pegada hídrica' ou da 'pegada de carbono'? Na prática, qual *métrica* será a socialmente aceitá-

vel para justificar o cálculo econômico do que é mais eficiente ou do que é mais sustentável, senão o dogma do crescimento (ainda que verde) e da 'prosperidade' como tradução do lucro?

No *consenso mínimo* a ser refletido no 'documento político focado' que a Rio+20 tem a intenção de produzir, será que essas e outras questões políticas de fundo permanecerão opacas e submetidas à primazia de adoção de um receituário de medidas econômicas?

Questões para a Rio+20

O evento da Rio+20 será emblemático e marcará uma mensagem clara e inequívoca de orientação para o novo ciclo econômico nas próximas décadas e sobre as novas fronteiras de acumulação e mercantilização da vida. Frente a isso, coloca-se uma tarefa urgente de organização, reflexão, crítica e comunicação com o conjunto da sociedade civil que envolva, em especial, o fortalecimento e o protagonismo dos sujeitos coletivos e movimentos sociais: qual é o *consenso* que sairá fortalecido do Rio em 2012?

Seja qual for o documento objetivo produzido pela reunião em junho do ano que vem, é importante não minimizar a relevância e seus potenciais impactos, mesmo que não se tratem de compromissos ou acordos legalmente vinculantes entre os países. Isso porque, acima de tudo, trata-se de um processo de convergência em marcha que terá, antes da Rio+20, um momento

na COP 17 da Convenção do Clima em Durban no final deste ano. Logo após a conferência, ainda haverá o encontro do G20 no México, seguido pela COP 10 da Convenção do Clima na Índia. Assim por diante, essas reuniões irão fixar este novo paradigma.

Neste momento é fundamental socializar informação, apropriação de conteúdos, promover a reflexão e a crítica, e ampliar o debate. É hora da afirmação e defesa incondicional dos bens comuns, dos direitos humanos, da agroecologia, da economia solidária e da vida acima do lucro, assim como também é preciso trazer à frente do debate as questões de fundo e que representam os verdadeiros desafios para uma nova **economia**.

Como superar a civilização petroleira nas próximas décadas? Como livrar-se da energia nuclear e que destino dar ao lixo radioativo já criado pela humanidade? Como conseguir pensar e criar coletivamente 'outros mundos possíveis' para além da prisão mental e autodestrutiva do dogma do 'crescimento'? Como reverter à biodiversidade perdida e contaminada por transgênicos e criar sistemas produtivos e agroecológicos livres de insumos fósseis e capazes de alimentar e dar trabalho a bilhões de pessoas? E que tal se a Rio+20 trouxesse também uma proposta de erradicação da pobreza, não através da mercantilização de ecossistemas, mas da redistribuição radical da riqueza socialmente construída?

Sociedade civil organizada rumo à Rio+20

Dar peso político à conferência e mobilizar a opinião pública estão entre os principais objetivos da articulação que reúne mais de dez redes nacionais

Por Ana Carrollina Leitão

Criado em 2010, o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20 reúne diferentes organizações e movimentos sociais no processo rumo à Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

O comitê assumiu o papel de facilitar e viabilizar as iniciativas das redes. Os participantes são responsáveis pela organização das ações em conjunto e têm liberdade para realizar atividades próprias de forma independente.

A participação de mulheres, jovens, indígenas e trabalhadores rurais e urbanos busca garantir a pluralidade do grupo. Juntos acreditam que a resposta para um novo modelo de desenvolvimento não será dada por governos ou empresas. Por isso, pretendem mobilizar a opinião pública e pressionar governantes e chefes de Estado para que a Rio+20 resulte em decisões políticas baseadas nas experiências de organizações e movimentos sociais, como a agroecologia e a economia solidária.

O primeiro passo foi dado com o Seminário Internacional Cúpula dos Povos da Rio+20 por Justiça Social e Ambiental, realizado nos dias 30 de junho e 1º de julho, no Rio de Janeiro. Depois disso, no dia 19 de agosto, organizações do comitê participaram da Reunião de Consultas com a

Sociedade Civil Internacional: Rumo à Rio+20, encontro promovido pelo Ministério das Relações Exteriores no Palácio Itamaraty. Articulações em nível local como o GT Rio e comitês em São Paulo e Pernambuco também realizam atividades.

Em entrevista ao **Böletim Rio+20**, Fátima Mello, do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20, conta sobre o andamento da articulação e seus próximos passos.

Böletim Rio+20 - O Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20 nasceu com uma secretaria-executiva e grupos de trabalho. Como está estruturado hoje?

Fátima Mello – Temos um grupo de articulação que foi ampliado. Não é apenas aquela coordenação. Entraram a Plataforma Dhesca, Coordenação Nacional de Quilombolas, Articulação de Povos Indígenas do Brasil e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). Mudamos para dar conta dos novos desafios que estão surgindo. Além do grupo de articulação ampliado, a secretaria-executiva irá se concentrar no Rio de Janeiro com a Fase, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Isso é para facilitar os aspectos operacionais porque todas as decisões do comitê desembocam no Rio. Há

também um núcleo de articulação com o governo brasileiro e o processo oficial junto à ONU composto pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Fboms), Central Única dos Trabalhadores (CUT), MST e Rede Brasil.

Böletim Rio+20 - E quem quiser integrar a articulação?

Fátima Mello – Os grupos de trabalho (GTs) estão abertos e continuam agregando outras organizações.

Nosso papel é pressionar para que o governo brasileiro demonstre liderança e vontade política.

Böletim Rio+20 - No Seminário Internacional Cúpula dos Povos da Rio+20 por Justiça Social e Ambiental, realizado nos dias 30 de junho e 1º de julho, alguns participantes temiam um racha do comitê. Como vê isso?

Fátima Mello – O seminário foi um momento de identificação. Havia pontos a serem definidos. Foi decidido que vamos nos relacionar com as dinâmicas internacionais [G20, COP 17, Fórum Social Mundial] que estão em curso. A nossa programação até a Rio+20 vai dialogar com essas outras iniciativas. Em setembro, teremos uma reu-

nião só de definição da programação e de um calendário até a conferência.

Böletim Rio+20 - Após o seminário, houve mais uma reunião do comitê. Qual foi a conclusão desse encontro?

Fátima Mello – Foi uma reunião interna de avaliação do seminário e divisão de responsabilidades. Discutimos a relação com o processo internacional, com as mobilizações frente ao G20 na França, na COP 17 na África do Sul, e no Fórum Social Mundial, que vai acontecer em Porto Alegre. Desenhamos a interação desses processos e definimos nossa participação na Comissão Nacional Preparatória da Rio+20, criada pelo governo federal.

Böletim Rio+20 - Como será essa participação na comissão?

Fátima Mello – O governo brasileiro já desenhou uma dinâmica. Vão fazer consultas ao longo de setembro e outubro para ouvir a sociedade civil e encaminhar uma proposta à ONU até 1º de novembro. As consultas serão baseadas em três pilares: econômico (Ministério da Fazenda), ambiental (Ministério do Meio Ambiente) e social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Temos peso na comissão já que várias organizações do comitê são membros dela. O problema é saber se a comissão toda terá peso. Ela é formada por instâncias do governo e sociedade civil, incluindo setores empresariais, movimentos sociais, fóruns, redes, povos tradicionais e indígenas.

Böletim Rio+20 - A Rio+20 não está definida como uma

reunião de cúpula, o que significa que chefes de Estado e governo poderão não comparecer. Há também a informação de que o governo brasileiro estaria trabalhando para garantir a presença deles. Qual o papel do comitê nesse contexto?

Fátima Mello – Nosso papel é pressionar para que o governo brasileiro demonstre liderança e vontade política. Estamos fazendo tudo para que o Brasil assumira uma postura o mais proativa possível na convocação e na definição da agenda. Há vários ministérios envolvidos. Vamos ver se conseguimos incidir para que seja uma posição consistente e com compromissos efetivos. Mas, o fato de os governos não estarem tão comprometidos com a conferência, por causa dessa crise [econômica], é algo que nos preocupa.

Temos peso na comissão já que várias organizações do comitê são membros dela.

Böletim Rio+20 - E a participação no processo oficial conduzido pela ONU?

Fátima Mello – Somos reconhecidos oficialmente pela ONU e várias organizações do comitê têm participado das reuniões preparatórias e dos major groups.

Böletim Rio+20 - Agora que a realização da Rio+20 foi transferida da zona portuária para o Centro de Convenções Riocentro, o que muda na organização do evento paralelo que está sendo planejado pelo comitê?

Fátima Mello – Muda tudo

porque nosso objetivo era ficar próximo da conferência oficial. Por outro lado, queremos fazer um movimento de massa que tenha peso junto à opinião pública. Nossa dinâmica é autônoma e achamos que será uma grande perda ir para junto do Riocentro. Por isso, nossa tendência é permanecer no Aterro do Flamengo. Teremos uma audiência com a prefeitura sobre isso.

Leia também:

Comissão nacional para a Rio+20 dá seus primeiros passos; mas há muito por se fazer

Fonte: [Vitae Civilis](#)

Criada em junho a Comissão Nacional, em suas duas reuniões (01 de julho e 08 de agosto de 2011) ficou claro que o governo e a sociedade brasileira terão muito por fazer para que a Rio+20 possa ser útil e relevante politicamente na busca das ações concretas de transição para uma nova economia e assegurar a integridade ambiental e justiça social no desenvolvimento humano.

O texto apresenta informes sobre a Comissão Nacional para Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Clique [aqui](#) para ler o relato completo de Rubens Harry Born, do Vitae Civilis e representante do Fboms na Comissão Nacional da Rio+20.

Governo brasileiro se esforça em atrair líderes mundiais para a Rio+20

Sem a presença de nomes de peso, trabalho de bastidor é intenso para que conferência reúna chefes de Estado e governo. Temor é que reunião se esvazie e não avance rumo ao tão desejado desenvolvimento sustentável

Fonte: [Deutsche Welle](http://www.deutsche-welle.com)



O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, presidem reunião da Comissão Nacional da Conferência Rio+20

Vinte anos depois da primeira reunião no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como Eco-92, a Conferência de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas se prepara para uma nova rodada de debates. Em todo o globo, pipocam seminários e conversas informais com a meta de afinar o discurso para o grande encontro, que acontece entre 4 e 6 de junho de 2012, no Rio de Janeiro.

No país anfitrião, no entanto, um intenso trabalho de bastidores tem a missão de dar à conferência o peso de um debate de alto nível – isso porque, estruturalmente, a Rio+20 não está definida como uma reunião de cúpula, ou seja, os chefes de Estado e governo não deverão comparecer.

“Tanto o Ministério das Relações Exteriores quanto a presidência da República estão

engajados em garantir que os chefes de governo estejam presentes. Existe essa expectativa e estamos trabalhando com esse cenário”, afirmou Yana Sobral, do comitê organizador da Rio+20 no Ministério de Meio Ambiente.

Sem poupar críticas, o professor da Fundação Getúlio Vargas Roberto Guimarães só vê um destino para a reunião ambiental: “Com otimismo, o risco menor dessa conferência é de ser um fracasso. Pior do que um fracasso, a conferência pode ser um retrocesso”, avalia o professor que atuou nas Nações Unidas por 25 anos e atualmente coordena diversas iniciativas no Brasil.

Oficialmente, o objetivo da Rio+20 é discutir o compromisso político com o desenvolvimento sustentável e avaliar o progresso na implementação

dos resultados das cúpulas anteriores, como a de 1992 e a de Johannesburgo, em 2002.

Um debate sobre economia verde também está previsto – a assinatura de termos de responsabilidade, no entanto, não faz parte da agenda. “Para ser sério, precisa ser algo com que os governos se comprometam, que tenham que assinar embaixo”, aponta Guimarães sobre a fragilidade da conferência.

Contra-ataque comandado pelo governo brasileiro

O governo brasileiro diz que o jogo não está perdido. Até 1º de novembro, os países deverão entregar às Nações Unidas suas contribuições para a confecção de uma nova declaração. De dezembro a junho de 2012, sessões de negociação “pesada” antecedem a Rio+20, para que o documento seja apresentado já com um consenso.

Yana Sobral revela que há grande expectativa em torno do tema governança. “Não podemos ter no âmbito internacional governanças difusas”, explica Sobral, acrescentando que existem diversos programas das Nações Unidas para o meio ambiente, diversos programas e agências que cuidam do tema: todos separados, sem integração. “Existem várias propostas, desde a reforma no sistema da ONU até a criação de um novo órgão de governança”, revela.

E para os futuros gargalos que devem surgir até junho de 2012, a participação ativa dos chefes de Estado e governo é fundamental. “Sabemos que haverá algum momento em que os governos terão que vir a público e dizer, ‘sim, nós bancamos essa iniciativa’”, diz Sobral. “E o anfitrião tem esse papel de levantar a bola da reunião, e estamos trabalhando para fazer da Rio+20 uma conferência do mais alto nível.”

Crise financeira e retrocesso

A Conferência da Terra, outro nome dado ao encontro de 1992, foi o berço da criação de convenções como a das Mudanças Climáticas (UNFCCC), Combate à Desertificação (UNCCD) e da Diversidade Biológica. Daquele encontro, nasceu uma declaração de 27 princípios que deveria nortear a política ambiental dos países.

No lugar da esperança que surgiu há 20 anos, brotou uma onda conservadora em matéria ambiental que ameaça o futuro sustentável tão ambicionado, como comenta Guimarães. “Em todos os lugares se veem tentativas de tentar desmontar uma série de avanços na área ambiental. Isso é o risco que está preocupando o Brasil.”

O governo brasileiro reconhece esse “cenário hostil”, agravado pela crise econômica mundial e pela recessão vista em muitos países ricos que, conseqüentemente, atrapalham os compromissos ambientais assumidos por essas nações. Em resposta a essa dificuldade, o Ministério do Meio Ambiente diz estar empenhado na busca de abordagens não tradicionais da agenda ambiental, que incluem novas lideranças e novas conexões entre os temas – tarefa bastante difícil, avaliam especialistas.

“Se a conferência fracassar, não será um fracasso do Brasil, mas do meio ambiente”, avalia Roberto Guimarães, esfriando os ânimos de centenas de organizações e iniciativas que se articulam para mobilizar os tomadores de decisão no Rio de Janeiro. O anfitrião corre para que a Rio+20 tenha impacto, pelo menos, no cenário nacional: “Queremos uma declaração política ambiciosa, sim. Mas queremos também um legado para o Brasil, que se traduza num novo marco de política pública, novas práticas corporativas, num portfólio de investimento em tecnologias limpas”, pontuou Yana Sobral.

Autora: Nádia Pontes

Revisão: Carlos Albuquerque

Como funciona o processo rumo à Rio+20?

No site [Earth Summit 2012](#) é possível encontrar (em inglês) o passo a passo detalhado do processo preparatório. Já, no [site da ONU sobre a Rio+20](#) há um calendário com todos os eventos e reuniões que acontecerão até junho do ano que vem.

Reunião do Basic no Brasil indica impasse na COP17 em Durban

Ministros do Basic se reúnem em Belo Horizonte, no Inhotim, um estágio preparatório para a COP17, em Durban, África do Sul. Para eles, a prioridade central deve ser o Protocolo de Kyoto. No comunicado após a reunião os ministros estabeleceram os pontos comuns e a orientação para a ação do grupo, que reúne Brasil, África do Sul, Índia e China, em Durban. [Leia mais no blog Ecopolítica, de Sérgio Abranches.](#)

Leia também:

Brasil quer que a cúpula Rio+20 fixe metas ambientais

Fonte: [Valor Econômico](#)

O governo brasileiro espera 50 mil pessoas em junho de 2012, no Rio de Janeiro, quando acontece a Rio+20, a conferência das Nações Unidas que reedita o evento de 20 anos atrás, a Rio 92,

também conhecida por Eco 92. Embora o Brasil não defina a agenda do evento, discutida previamente pelos quase 200 países da ONU, os esforços, agora, são de preparar um fórum sedutor o bastante para atrair

um grande número de líderes estrangeiros e mostrar algum resultado no rumo do desenvolvimento sustentável. [Veja a entrevista com Fernando Lyrio, assessor extraordinário para a Conferência Rio+20 do Ministério do Meio Ambiente.](#)

Prevenir ou remediar?

Resposta para dilema entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável pode estar na lei

Por Ana Carolina Leitão

No debate sobre economia verde, um dos temas centrais da Rio+20, os mecanismos de compensação ambiental são alvo de críticas e dividem opiniões. Há dúvidas sobre até que ponto podem contribuir para a preservação da biodiversidade ou intensificar a degradação do meio ambiente. No Brasil, alguns desses instrumentos estão previstos na legislação federal. Nos estados, já há leis que estabelecem a remuneração daqueles que protegem os recursos naturais. O assunto também está no Congresso Nacional, onde alguns projetos de lei estão tramitando e a nova proposta do Código Florestal começa a ser votada.

A ideia de compensação ambiental é antiga. Surgiu a partir da instalação de grandes empreendimentos do setor elétrico, principalmente na Amazônia. A criação de áreas voltadas à conservação da biodiversidade das regiões afetadas foi vista como uma possibilidade de compensar os impactos na fauna e flora locais. O mecanismo começou a tomar forma com o ambientalista Paulo Nogueira Neto, que esteve à frente da Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), de 1974 a 1986, sendo responsável pela criação e estruturação do que seria o embrião do

Ministério do Meio Ambiente. Depois disso, duas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), em 1987 e 1996, também abordaram a questão. O artigo nº 170 da Constituição Federal, lei maior do país, determina a "defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação". Já o artigo nº 225, regulamenta de forma específica o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Ele declara que este é um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, por meio de diversas medidas, como a definição de espaços territoriais especialmente protegi-

dos e a exigência de estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.

O que está valendo

Hoje, a legislação que regulamenta a compensação ambiental é composta pela lei nº 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), os decretos nº 4.340/02, que regulamenta o Snuc, nº 6.848/09 e nº 5.566/05, que acrescentam dispositivos ao anterior. No Código Florestal, a reserva legal e a área de preservação permanente (APP) também são formas de compensar os impactos causados ao meio ambiente.

De acordo com o Snuc, a compensação se dá de for-



Vista aérea das obras da hidrelétrica Santo Antônio no rio Madeira (RO) em junho deste ano.

ma financeira e apenas nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de "significativo impacto ambiental", segundo a avaliação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), baseado em estudo e relatório de impacto ambiental (EIA/Rima).

Para o advogado e professor de direito ambiental da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Luiz Gustavo Bezerra, a legislação que cria o Snuc apresenta problemas apesar de já ter avançado. "Não existe um envolvimento do empreendedor na aplicação desse capital. Então, ele não está verdadeiramente participando daquela ação de compensação, que pode vir apenas daqui a dois, três anos. Além disso, existem regras de privilegiar as unidades de conservação impactadas, mas muitas vezes não são unidades de conservação, mas comunidades que não verão aquele 0,5% sendo aplicado na região em que vivem. E não há nenhuma garantia de que aquele capital será investido antes de o empreendimento impactar, o que seria o ideal."

O percentual de 0,5% mencionado por Luiz Bezerra corresponde ao valor máximo da compensação ambiental a ser pago pelo empreendedor. Ele é fixado de acordo com o grau de impacto que o empreendimento irá causar. Inicialmente definido como piso para o cálculo da compensação ambiental, o percentual tornou-se teto com o decreto nº 6.848/09. A mudança levou as ONGs

Amigos da Terra – Amazônia Brasileira e Instituto Socioambiental a protocolarem a Reclamação 8.465 ainda no ano de 2009. Por enquanto, o teto de 0,5% continua valendo.

Marco legal x instrumentos econômicos

Há quem defenda a adoção de instrumentos econômicos como mecanismos de compensação. Luiz Bezerra acredita que é preciso atribuir um valor em cifras aos recursos naturais para que sejam valorizados e preservados. A ideia tem base no Teeb (The Economics of Ecosystems and Biodiversity). O estudo, vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e coordenado pelo economista indiano Pavan Sukhdev, apresenta uma metodologia para atribuir um valor econômico à biodiversidade.

A advogada Larissa Packer, assessora jurídica da organização de direitos humanos Terra de Direitos, rejeita o argumento de que os mecanismos de compensação ambiental, caracterizados por um viés financeiro, devam ser adotados em substituição à legislação para a preservação da biodiversidade. Ela afirma que o Brasil possui um marco legal ade-

quado para garantir a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais com o desenvolvimento econômico, social e cultural do país. O problema seria vontade política para cumprir a lei. "O que deve ser feito é a implementação do programa constitucional (econômico,

tributário, trabalhista, político, social), dos tratados de direitos humanos e ambientais, em especial, através dos diversos instrumentos jurídico-políticos já previstos. Em lugar de economia verde, voltemos a falar de reforma agrária, reforma urbana, agroecologia, e outros tantos instrumentos e deveres constitucionais nunca aplicados em 20 anos."

Da prevenção à compensação

Larissa Packer avalia ainda que a lógica da proteção ambiental está se afastando dos princípios da precaução e da prevenção. Para ela, há um grande risco de os mecanismos de compensação ambiental terem um efeito contrário, aumentando a degradação do meio ambiente. "O preço sempre nasce da disponibilidade da mercadoria: quanto mais escassa, maior a demanda, maior o preço. Ou seja, no mercado de papéis verdes, quanto maior as emissões e a degradação, maior o valor dos títulos e derivativos verdes no mercado financeiro... Quem dá mais? É o famoso ganha-ganha. Esta lógica econômica nada tem a ver com preservação ambiental, mas autorização para continuar ou ainda aumentar os danos ambientais."

A advogada destaca que os bens comuns - como a água, o ar e o solo - não pertencem a ninguém, mas a todos e a cada um igualmente, o que torna toda a sociedade responsável pela preservação dos recursos naturais. "Pagar impostos pelos serviços ambientais de conservação, pelo ar que respiramos ou a

água que bebemos é como se o Estado passasse a bonificar também ladrões para que não roubem, assassinos para que não matem.”

Camila Moreno, coordenadora de programas e projetos de Sustentabilidade da Fundação Heinrich Böll, mostra-se preocupada com as consequências do deslocamento da lógica da prevenção para a da compensação. “Em um horizonte mais amplo, o que estamos vendo é uma paulatina desconstrução da garantia e da defesa dos bens comuns - antes deveres aceitos e legitimados pela sociedade, e protegidos pelo Estado de Direito - que passam a estar condicionados à obtenção de um benefício econômico individual.”

PSA, Redd e Redd+

No Brasil, iniciativas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) têm seguido a linha da compensação financeira. O instrumento prevê que empresas ou poder público remunerem quem preservar a biodiversidade a

partir de um contrato entre os interessados.

Apesar de ainda não haver uma legislação federal sobre o tema, algumas leis estaduais e municipais já tratam do PSA. O Programa Bolsa Verde em Minas Gerais (lei nº 17.727/08), o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais e o Fundágua, ambos no Espírito Santo (leis nº 8.995/08 e nº 8.960/08), são as legislações mais antigas sobre o tema. De acordo com elas, os prestadores de serviços ambientais são pagos pela conservação da floresta e da água.

No Congresso Nacional, o projeto de lei 792/07 propõe a regulamentação do pagamento por serviços ambientais a todos que conservarem e produzirem os benefícios gerados pelos ecossistemas. Em [documento sobre o PSA e a flexibilização do Código Florestal](#), a Terra de Direitos alerta que a proposta autoriza a continuidade de atividades que causam dano ao meio ambiente e ainda divide essa reponsabilidade com to-

dos os cidadãos. Isso porque o pagamento por serviços ambientais pode ser feito a qualquer pessoa que queira prestá-los. Se o empreendedor arcar com os custos do PSA poderá continuar a impactar o ecossistema pagando por uma compensação que pode não ser feita na região afetada.

Camila Moreno destaca que o dever de preservar a natureza - que deveria ser de todos - transforma-se no direito de poluir daqueles que podem arcar com os custos da compensação financeira. “Nesta lógica do usuário-pagador, também está implícito que quem detém o poder econômico e pode pagar, pode também usar, poluir e destruir. Afinal, está de alguma forma comprando o direito de fazer algo que traz danos aos bens comuns e à coletividade e “compensar”. Por outro lado, quem não pode pagar por isso, não tem o direito de poluir. Além disso, estamos colocando o futuro dos bens comuns no cálculo econômico e de vantagens da classe de proprietários de terra, uma minoria da sociedade, em detrimento dos direitos da maioria e, até mesmo, dos direitos da natureza.”

O Redd (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação) também está na pauta dos deputados em Brasília. O instrumento prevê uma compensação financeira para quem preservar a floresta, reduzindo as emissões de CO2 decorrentes da derrubada e queima da vegetação. O financiamento do mecanismo será um dos temas



Foto: Reprodução

Em dezembro do ano passado, o Ministério do Meio Ambiente lançou um portal sobre Redd+

centrais na 17ª Reunião das Partes da Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 17), que será realizada em Durban, África do Sul, no final de novembro deste ano. Além das reduções por desmatamento e degradação, o Redd+, uma nova versão do Redd, passou a abranger também o papel da conservação da floresta, do manejo florestal sustentável e do aumento dos estoques de carbono, conforme definido no Plano de Ação de Bali, criado durante a COP 13, na Indonésia.

No Brasil, a criação de um sistema nacional de Redd+ vem sendo promovida desde 2009, quando foi apresentado o projeto de lei 5.586/09. A proposta atual está hoje formalizada no

PL 195/11, da deputada Rebecca Garcia (PP-AM). Ele foi aprovado em junho deste ano pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, mas ainda não foi discutido em plenário. Também foi negado seu trâmite pela Comissão de Relações Exteriores. Recentemente, o PL iniciou tramitação na Comissão de Agricultura, tendo como relator o deputado federal Marcon (PT-RS). Como o parlamentar gaúcho assumiu a tarefa a pedido de movimentos sociais ligados à Via Campesina, a expectativa é de que o assunto seja discutido com a sociedade em audiências públicas realizadas em tempo hábil e com a participação de agricultores e povos indígenas.

Leia também:



Redd e o futuro das florestas: uma opção pelo ambientalismo de mercado?

Confira a cartilha sobre Redd produzida pela ONG Amigos da Terra Brasil em parceria com a Fundação Heinrich Böll.

A publicação (em espanhol) pode ser acessada [aqui](#).

Flexibilização do Código Florestal

A votação do novo Código Florestal torna a discussão sobre os mecanismos de compensação ambiental ainda mais atual. O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) defende a inclusão desses instrumentos no novo Código Florestal.

A atual proposta de reforma da lei abriria caminho para o mercado de pagamento por serviços ambientais ao autorizar a emissão da Certidão de Reserva Florestal (CRA), um título de crédito nominativo que representa um hectare de vegetação

nativa cuja preservação não é obrigatória por lei, o que não é o caso das APPs e da reserva legal.

Para Larissa Packer, essa e outras propostas como a anistia de reflorestamento de APPs para áreas consolidadas de desmatamento e a isenção das áreas de até quatro módulos de manter reserva legal fazem parte de um processo de flexibilização da lei que delega aos instrumentos de mercado, como o PSA, a tarefa de regular as florestas e a biodiversidade. "A principal questão é que se anistia as áreas de desmatamento

consolidadas. E aqueles que precisam recompor APP e reserva legal poderão fazê-lo através da compensação ambiental, que não está mais restrita à bacia hidrográfica, mas ao bioma. Assim, o que se pensa é garantir que agricultores do sul e sudeste, que lucraram com a derrubada da cobertura verde e que têm gigantescos passivos ambientais, sejam anistiados (de multas e penas) e possam ainda comprar - via servidão ambiental ou cota de reserva ambiental - o seu mínimo florestal em outra propriedade do mesmo bioma."

Leituras Indispensáveis

Uma seleção de textos para você

As ONGs em meio à crise climática: processos de fragmentação, linhas de conflito e abordagens estratégicas

Fundação Heinrich Böll

No artigo, Barbara Unmüßig, presidenta da Fundação Heinrich Böll, destaca que diante da defesa de diferentes interesses, ONGs e movimentos sociais não têm conseguido compor uma sociedade civil coesa e capaz de influenciar decisivamente as políticas de clima. Para ela, a discussão de novas estratégias é urgente. [Ler.](#)



Análise: Rumo à Rio+20

Fase

Entenda por que a economia verde proposta pelo Pnuma levaria a conferência e o planeta ao colapso no artigo de Fátima Mello, com contribuições de Jean Pierre Leroy. Para a autora, o relatório do Pnuma propõe mais do mesmo ou, mais precisamente, propõe que o manto da economia verde seja usado para encobrir a falência do modelo de economia em curso e assim dar sobrevida a um sistema de exploração e injustiças. [Ler.](#)

Mental Infrastructures: how growth entered the world and our souls

Fundação Heinrich Böll

A economia realmente pode continuar a crescer para sempre? Nossa sociedade de consumo é sustentável? Essas e outras questões são exploradas por Harald Welzer, diretor do Centro Interdisciplinar de Pesquisa de Memória do Instituto de Estudos Avançados em Ciências Humanas de Essen e professor pesquisador de Psicologia Social na Universidade de Witten/ Herdecke. [Ler \(inglês\).](#)

Big summit seeks big idea

BBC

Por enquanto, a Rio+20 tem atraído a atenção daqueles que já estão envolvidos na dinâmica de reuniões preparatórias e elaboração de documentos. Mas, chefes de Estado e governos ainda estão fora desse processo. A participação deles é fundamental para que a conferência tenha resultados concretos. Essa é a opinião de Richard Black, correspondente de Meio Ambiente da BBC. [Ler \(inglês\).](#)

A crise e a aposta de Ignacy Sachs para a Rio-2012

Carta Maior

Em entrevista exclusiva à Carta Maior, o economista e sociólogo Ignacy Sachs apresenta as linhas gerais de uma proposta que pode ser o elo entre forças e agendas ainda desencontradas, mas de cuja afinidade depende em grande parte o êxito ou o fracasso da intervenção brasileira na Rio-2012 e, por que não, da própria cúpula. [Ler.](#)

O **Böletim Rio+20** é uma publicação da Fundação Heinrich Böll no Brasil.

Pauta, redação e edição: Equipe hbs

Revisão, projeto gráfico e diagramação: Assessoria de Comunicação

Para críticas, dúvidas ou sugestões: boell@boell.org.br

Visite nosso site: www.boell.org.br

Junte-se a nós:

